

AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE MOITA BONITA (SE)

MENEZES, Marisa Pinto

SILVA, Valcir Andrade Santos

RODRIGUES, Auro de Jesus. (Orientador)

Graduado em Geografia, Mestre em Geografia, Prof. do Curso de Geografia:

Licenciatura Plena da Universidade Tiradentes – UNIT.

aurojr@infonet.com.br

RESUMO

Os produtores dos povoados Pedras, Lagoa Seca e Oiteiros em Moita Bonita praticam uma agricultura diversificada, onde alguns produtos são cultivados para o consumo da própria família e outras para consumo e venda. As técnicas agrícolas empregadas são tradicionais, o que dificulta no progresso da sua produção. Além do que, os rendimentos que os camponeses têm em alguns momentos não é o suficiente para cobrir os custos da produção. Esse motivo faz com que eles não queiram a obtenção do crédito rural através dos bancos, por terem medo de não possuir condições para pagar. A pesquisa teve como objetivo analisar como a produção camponesa subordina-se ao comerciante intermediário. A produção camponesa passa por um grande percurso até chegar ao consumidor, encandeando um processo de intermediação, que envolve o produtor, comerciante intermediário e o consumidor. Assim, convém destacar, que os produtores recebem pelo preço dito pelo comerciante intermediário, que já tira todos os custos, passando a receber bem mais do que o produtor, encarecendo o produto ao consumidor.

PALAVRAS-CHAVE: Moita Bonita. Agricultura. Camponeses. Comerciante intermediário.

1 INTRODUÇÃO

A agricultura camponesa é um tipo de produção onde há uma interação entre a administração e o trabalho, ou seja, os agricultores camponesa dirigem toda a produção, eles são responsáveis pelos diversos processos da produção inclusive a venda do produto, apresentando-se como uma relação não capitalista.

Assim, pode-se dizer que o camponês trabalha para garantir a sua existência no campo, além de vê na agricultura a única forma de emprego e geração de renda.

Apesar de, atualmente já existir a modernização da agricultura, isso não significa que todos os camponeses tenham acesso a ela, pois o crédito rural é insuficiente, com taxas de juros altas e muitas vezes os camponeses esbarram na burocracia.

Essas mesmas barreiras enfrentam os camponeses do Município de Moita Bonita localizado na zona central do Estado de Sergipe, na micro-região do Agreste de Itabaiana.

Além dos condicionantes naturais e os acima citados, os camponeses enfrentam a subordinação por parte do comerciante intermediário, que pouco trabalha e obtém a maior parte do lucro.

Convém destacar, que esse comerciante intermediário é o mediador entre os produtores e os consumidores.

Assim, procurou-se analisar como a produção agrícola camponesa subordina-se ao comerciante intermediário, no município de Moita Bonita/Sergipe.

Nesse sentido, se fez necessário saber: a) quais os produtos da produção camponesa do município de Moita Bonita sofrem ação dos comerciantes intermediários; b) se os cultivos alimentícios dos camponeses do município de Moita Bonita constituem o principal meio de sobrevivência; c) a dependência do camponês ao comerciante intermediário, influencia nos reduzidos rendimentos obtidos através da venda do excedente agrícola; d) se o pequeno mercado interno consumidor, facilita para a dependência do excedente agrícola camponês ao comerciante intermediário; e) as técnicas agrícolas utilizadas pelos camponeses do município, favorecem a produção dos cultivos alimentícios; f) a falta de incentivos (créditos) para os camponeses do município de Moita Bonita, tem contribuído para a dependência do mesmo ao comerciante intermediário.

Dessa maneira, para conhecer a realidade vivenciada pelos camponeses do município de Moita Bonita, procurou-se alcançar os objetivos de: a) listar os principais produtos agrícolas adquiridos pelo comerciante intermediário; b) verificar se os cultivos alimentícios dos camponeses do município de Moita Bonita constituem o principal meio de sobrevivência; c) identificar como a dependência do camponês ao comerciante intermediário, influencia nos reduzidos rendimentos da venda de sua produção; d) avaliar como o pequeno mercado interno, interfere para a dependência do excedente agrícola do camponês do município de Moita Bonita; e) verificar se as técnicas agrícolas utilizadas pelos camponeses favorecem na produção agrícola; f) verificar como a falta de incentivos (créditos) interfere na produção camponesa no município de Moita Bonita.

Daí a importância de pesquisar a produção camponesa do município de Moita Bonita/Sergipe, já que nessa área ocorre a dependência da produção camponesa através do comerciante intermediário.

Cabe ressaltar, que foi também desejo dessa pesquisa, explorar os conhecimentos sobre a geografia agrária, dando enfoque às relações camponesas e o seu modo de

sobrevivência em meio a tanta problemática de investimentos e a comercialização via comerciante intermediário.

Desta forma, desejou-se averiguar os pontos já contextualizados acima, demonstrando a importância do camponês para o setor econômico. E fornecendo informações claras para ajudar no progresso da agricultura familiar dos camponeses no município de Moita Bonita.

A presente pesquisa no princípio, fez-se levantamentos dos acervos bibliográficos em livros, revistas, mapas etc., que tratam especificamente dos assuntos sobre a problemática da produção camponesa, com o intuito de auxiliar no aprofundamento da pesquisa.

Além disso, entrevistou-se atravessadores que, diante de suas atividades e atuações no município pôde oferecer informações sobre a problemática da produção camponesa.

Na investigação da pesquisa utilizou-se o método de abordagem dialético com o intuito de verificar as relações do meio rural do município de Moita Bonita. Pois esse método como afirma Gil (1987 apud ANDRADE 1999, p. 133) “o método dialético é contrário a todo conhecimento rígido: tudo é visto em constante mudança, pois sempre há algo que nasce e se desenvolve é algo que se desagrega e se transforma”. Contudo, ainda empregou-se o método de procedimento estatístico, para tabulação, representação e análise dos dados.

Foi feita uma pesquisa de campo que se realizou nos povoados Pedra, Lagoa Seca e Oiteiros no município de Moita Bonita. Onde aplicou-se 30 formulários, contendo perguntas fechadas e abertas com pequenos camponeses selecionados de forma aleatória.

A tipologia da pesquisa foi descritiva. Assim, segundo Andrade (1999, p. 124), “nesse tipo de pesquisa, os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles. Isso significa que os fenômenos do

mundo físico e humano são estudados, mas não manipulados pelo pesquisador”. Com isso, buscou-se informações concretas, sabendo que as mesmas podem ser passíveis de erros.

2 A LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA CAMPONESA

Num primeiro momento da história da humanidade, a natureza determinava a sobrevivência e a inconstância do homem sobre a Terra. Ele dependia do recolhimento de alimento e dos abrigos naturais para garantir seu sustento e a reprodução de sua espécie.

A agricultura é uma atividade básica para humanidade. Gerou-se quando as comunidades primitivas passaram de um modo de vida nômade, baseada na caça e na coleta de alimentos, para um modo de vida sedentário, viabilizado pelo cultivo de plantas e pela domesticação de animais.

Nesse contexto, a agricultura e criação de animais foram as primeiras atividades a provocar uma modificação qualitativa na vida do homem. Deu-se início a um processo contínuo de alteração da natureza de acordo com as necessidades humanas.

Com o desenvolvimento de técnicas e a construção de instrumentos de trabalho tornou-se possível a transformação da natureza e a produção dos elementos essenciais, ou seja,

O homem vai construindo novas maneiras de fazer coisas, novos modos de produção que reúnem sistemas de objetos e sistemas sociais. Cada período se caracteriza por um dado conjunto de técnicas. Em cada período da história temos um conjunto próprio de técnicas e de objetos correspondente. (SANTOS, 1997, p. 67).

A crescente mecanização da agricultura propiciou, por um lado, um grande aumento da produtividade e da produção, mas, por outro, ao demandar menos mão-de-obra, gerou desemprego no campo.

O capitalismo só veio se consolidar definitivamente no século XVIII, com a substituição da manufatura pelas máquinas a vapor, iniciada na indústria têxtil da Inglaterra.

Por conseguinte, define-se capitalismo,

Como modo de produção em que operários assalariados, despossuídos de meio de produção e juridicamente livre, produzem mais-valia; em que a força de trabalho se converte em mercadoria, cuja oferta e demanda se processam nas condições da existência de um exército industrial de reservas; em que os bens de produção assumem a forma de capital [...]. (STEDILE, 1994, p. 16).

Um questionamento feito na agricultura é o problema da fome, que “na maior parte do mundo, a agricultura não tem realmente cumprido seu papel, nem como colaboradora no processo de desenvolvimento, nem como fornecedora de alimentos”.(DINIZ, 1986, p. 26).

A vontade política de expulsar a fome no Brasil não basta e, para que tenha uma probabilidade de sustentação precisa-se de maior oferta de alimentos a baixo custo (BANCO DO BRASIL, 2004, p. 27).

No Brasil, “só com alguma reserva se pode aplicar a palavra agricultura aos processos de exploração da terra que se introduziram amplamente no país com os engenhos de cana” (HOLLANDA, 1969 apud SZMRECSÁNY, 1998, p. 12).

As atividades de subsistência eram aplicadas por escravos, que plantavam freqüentemente a mandioca, o milho e o arroz este último também exportado, a roça se desenvolvia dentro do domínio das grandes lavouras, ou seja, nos engenhos e nas fazendas.

Contudo, a política fundiária brasileira, orientada para a concentração da propriedade e apoiada no regime de sesmaria, possibilitou a coexistência do sistema latifúndio-minifúndio. Assim,

[...] o sistema de propriedade criada com as sesmarias, provocaram a existência de uma dualidade no setor agrícola, entre o latifúndio, reconhecido jurídica e socialmente, e o “roçado”, com presença permanente mas sem proteção legal. De um lado era o latifúndio, a propriedade de uma pessoa da classe dominante que deu origem à oligarquia, [...] do outro a plebe rural, formada por pequenos proprietários, posseiros, arrendatários, moradores de condições e ex-escravos que viviam na dependência e/ou em luta contra a oligarquia (ANDRADE, 1988, p. 11).

Esse processo teve conseqüência no surgimento da questão agrária brasileira. Contudo, Bueno (1992, p. 33) define agrária como “relativo aos campos e a agricultura”.

Com o surgimento das cidades, houve um aumento no número de pessoas, que necessitam se alimentar. Por esse motivo, desenvolveu-se a agricultura comercial, isto é, o cultivo de produtos destinados à venda. No entanto,

Com as transformações na agricultura, a *plantation* passou a ser um sistema intensivo de capital, pois embora continue a ser uma monocultura de produtos tropicais voltados para a exportação, já processados, é realizada com grandes investimentos em mecanização, fertilizantes, agrotóxicos, mão-de-obra assalariada e técnicas, visando alcançar melhorias quantitativas – mediante contínuo aumento da produtividade – e qualitativas para enfrentar a intensa competitividade do mercado internacional. (MEDICI; ALMIDA, 2002, p. 19).

Cabe ressaltar, que a agricultura não está ligada somente à sobrevivência, mas desempenha papel importante na economia mundial.

No Brasil, o modo de produção escravista-colonial, onde nesse mesmo tempo se usava a agricultura *plantation* exportadora, principalmente o café e o açúcar. Com o desenvolvimento da agricultura, percebeu-se uma distinção entre o pequeno e o grande propriedade, onde:

A estrutura fundamental da propriedade agrícola brasileira é o complexo latifúndio-minifúndio, isto é, a coexistência do grande domínio e da propriedade minúscula, fragmentada ao ponto de uma unidade não poder proporcionar trabalho permanente a uma família de agricultores. Trata-se, aliás, de algo mais do que uma coexistência: latifúndio e minifúndio fazem sistema (TOPALOV, 1978, p. 63).

Dessa forma, a agricultura se desenvolveu em duas fases: “de um lado, a agricultura especificadamente capitalista, baseada no trabalho assalariado e no arrendamento; de outro, a agricultura baseada na articulação com as formas de produção não-capitalista”. (OLIVEIRA, 1987, p.31). Onde muitas vezes o pequeno agricultor, além de sua produção agrícola, cria uma pequena quantidade de rebanhos para complementação de sua renda.

É conveniente lembrar que, no Brasil o que predomina é o trabalho familiar, onde prevalece a ligação entre gestão e trabalho, e eventualmente complementa sua renda através do trabalho assalariado.

No geral, pode-se dizer que, os camponeses familiares contribuem para maior parte do volume da produção dos alimentos básicos da população, e de várias matérias-primas para indústria.

Nesse contexto, pode-se conceituar camponês como:

[...] o cultivador que trabalha a terra, opondo-o àquele que dirige o empreendimento rural. Aqui o conceito é estendido a todos os cultivadores que, através do seu trabalho e de sua família, se dedicam a plantar e transferir os excedentes de suas colheitas aos que não trabalham a terra. (MOURA, 1988, p. 13)

No Brasil, o trabalho familiar é uma atividade vital na produção camponesa, onde cada integrante da família desempenha um papel utilitário, dependendo da necessidade. Em alguns momentos, integrantes da família contribuem com o trabalho complementar, onde se transformaram em assalariados temporariamente para complementar a fonte de renda.

É importante salientar, no entanto, que o camponês, luta para ter autonomia, e para isso precisa produzir o suficiente para a sobrevivência e propiciar mercadorias para a comercialização diretamente no mercado.

O campo e a cidade se apresentam como um processo contraditório, mas nota-se que um depende do outro. Além do que a população necessita da produção do campo e as pessoas do campo dependem de produtos da cidade.

Dessa forma,

[...] o lugar de mercado – espaço onde este ocorre – é parte vital da existência camponesa. Aqui o camponês adquire mercadoria de outro cultivador, recebe informações sobre a vida pública e privada da comunidade a que pertence e de outras mas longínquas. Podem ocorrer trocas mercantis simples, realizadas entre camponeses, que mutuamente lhes possibilita novas aquisições. Mas nesse mesmo lugar ocorre também complexas trocas mercantis, que transcendem o universo imediato da sobrevivência camponesa, geram lucros comerciais para intermediários e determinam colocando o produto, a preços elevados, nas mãos de consumidores distantes. (MOURA, 1988, p. 11).

Essas relações são relevantes, é nesse meio que o camponês vai negociar sua produção, num mercado que pode não absorver toda sua produção, dificultando a venda diretamente com os consumidores. Pois a distância para outros mercados impedem a comercialização. Convém destacar que o camponês não está suficientemente preparado para um salto qualitativo na capacidade de realizar negociação agrícola diretamente com o consumidor externo. E aos poucos o camponês necessita do comerciante intermediário, contudo é o,

[...] comerciante, que passa a figurar entre o produtor e o consumidor. Assim o produtor perdia o contato com os consumidores e perdia também a visão do próprio mercado. O comerciante aproveitava-se dessa situação para explorar o camponês. (OLIVEIRA, 1987, p. 24).

A comercialização das mercadorias representa a etapa final do processo de produção e, como há vários tipos de comercialização, a cada um deles seu valor aumenta. Da fábrica ao distribuidor, do produtor até o consumidor.

O aprimoramento dos transportes e das comunicações representou progressos também nos demais setores da economia, além disso, o valor do produto agrícola para o consumidor final, depende também dos custos do transporte.

Um dos problemas que afeta a produção camponesa é a falta de crédito rural, que é insuficiente, e excessivamente burocratizado. As dificuldades para obtenção e utilização dos financiamentos, às fontes institucionais de crédito rural força o pequeno camponês a recorrer a comerciantes e/ou atravessadores para suprirem suas necessidades.

No Brasil, a política da modernização não contribuiu para fixar o trabalhador no campo. Numa primeira instância, as facilidades de créditos não transformaram a base tradicional da agricultura familiar. Dessa forma,

A política de incentivo à modernização da agricultura terminou se transformando numa política de incentivo à concentração de terras, uma vez que a criação de infra-estrutura e juros subsidiados determinou um processo de valorização das mesmas. (SORJ, 1980, 116).

Um dos programas que contribui com os agricultores familiar é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com intuito de fortalecimento e a valorização do agricultor familiar. Segundo a regulamentação, o Banco do Brasil (2004, p. 29), para ter direitos os produtores tem que atender algumas condições como:

- a) explorem a terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, posseiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária;
- b) residam na propriedade ou em local próximo;
- c) possuam, no máximo, quatro módulos fiscais (ou seis módulos, no caso de atividade pecuária);
- d) tenha o trabalho familiar como base da exploração do estabelecimento;
- e) tenham renda bruta anual compatível com a exigida para cada grupo do Pronaf.

Porém, no Brasil o capital passa a comandar o processo de trabalho enquanto a terra deixa de ser o meio de produção essencial, a produção agrícola deixa de se guiar apenas pela fertilização dos solos, pela água da chuva, enfim pelas condições naturais. Hoje as máquinas, os canais de irrigação e outros se tornam condutor da modernização da agricultura.

Nesse contexto, o que se busca são soluções para melhor desenvolver a produção camponesa, no entanto,

[...] como as novas tecnologias não garantem a apropriação de parcela maior do excedente, dado que a produção tem que ser realizada nos mercados capitalista, a única opção real que se apresenta é a da adequação dos camponeses. Basicamente, isso significa romper as restrições no que diz respeito à disponibilidade dos meios de produção, especialmente terra, recursos financeiros e assistência técnica (SILVA, 1999, p. 61).

Na agricultura tradicional utiliza-se de experiências vividas, que são passadas de pai para filho. No entanto, algumas técnicas são aprendidas através de outros agricultores ou até mesmo por técnico agrícola, mesmo quando se refere a uma agricultura que emprega instrumentos primários.

O Brasil encontra-se em um período de desenvolvimento de crédito agrícola, pois em 2003 era o maior exportador mundial de alguns produtos. Cabe salientar, que o Banco do Brasil é o maior aplicador de recursos do sistema nacional de crédito. Em Sergipe, vários órgãos se dedicam para contribuir com o desenvolvimento da agricultura, sabe-se também que muitos projetos não chegam nem a sair do papel. E ao mesmo tempo não chega às mãos de quem tanto precisa (BANCO DO BRASIL, 2004, p. 4).

As organizações profissionais do campo têm sido os sindicatos que servem para as reivindicações e as cooperativas que atuam na função econômica.

As associações sindicais são de livre filiação, financiadas por quotas que os associados pagam e recebem uma ajuda que o Estado é obrigado a pagar em função da quantidade de filiados. Já as cooperativas têm se desenvolvido no Brasil gerando uma boa rentabilidade, pois esse grupo de agricultores não serão mais subordinados pelos comerciantes intermediários. Porém, as atividades são distribuídas e todas as pessoas cooperadas exercem uma função, tanto no que se referem à produção até a comercialização.

Em meio período de modificações, o campo brasileiro nas últimas décadas tem gerado um aumento significativo dos movimentos sociais, por melhores condições de trabalho ou luta pela terra. No entanto, os mesmos não deveriam ser entendidas como mero movimento local, mas sim regional. Esse fato acabou gerando vários períodos de transição onde os camponeses resistiam para permanecerem na terra. É em meio às diversidades de movimentos sociais no campo brasileiro na década de 80, que surge e se expande o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra. Esse movimento teve seu foco no Rio Grande do Sul, tendo atualmente nos acampamentos, a estratégia de pressionar o governo para a implantação da reforma agrária (OLIVEIRA, 2002, p. 23).

A reforma agrária pode ser entendida como um conceito não só para a necessidade de imprimir maior oferta de alimentos ou outras utilidades no país, mas também

para solucionar o conflito que se projeta no meio rural, entre os que detêm os bens de produção e os que não os possuem, conduzindo-os a uma situação de harmonia.

Muitas são as terras improdutivas existentes no Brasil, mas estão concentradas nas mãos de latifúndios.

Além do que,

[...] do ponto de vista legal, essas propriedades poderiam e/ ou deveriam ser desapropriadas para viabilizar a reforma agrária, pois a terra não está cumprindo sua função social prescrita em Lei. Mas não é isso que vem ocorrendo. O pacto político entre as elites tem impedido que os diferentes governos que se sucedem no poder cumpram a legislação sobre a reforma agrária (OLIVEIRA, 2002, p. 91).

Cabe salientar que, os pequenos produtores rurais trabalham em conjunto com a sua família, na luta pela sobrevivência e desempenha um papel importante na economia do país.

3 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

O município pesquisado Moita Bonita, que está localizado na zona central do Estado de Sergipe, na micro-região do agreste de Itabaiana. Distante da capital Aracaju por rodovia 64 km (ANDRADE, 1999, p. 2) (Figura 1).

Moita Bonita possui uma coordenada geográfica com uma latitude de 10°34'44" sul e uma longitude de 37°20'37" oeste (SEPLANTEC, 1997, p. 15).

O município limita-se ao norte com Nossa Senhora das Dores, ao sul Itabaiana, a oeste Ribeirópolis e ao leste Malhador e Santa Rosa de Lima (SEMPLANTEC, 1997, p. 14).

Moita Bonita possui cerca de trinta e quatro (34) povoados, com uma superfície de 95,7 km² e uma população estimada de 11.714 habitantes (IBGE, 2005).

Os aspectos climáticos se caracteriza com um clima megatérmico seco e sub-úmido, transição para o semi-árido com pequeno ou nenhum excesso de água, com uma

precipitação anual de 1.000 mm e uma temperatura média anual de 24°C, os meses chuvosos são de março a agosto. Já no que se refere ao solo é prodzólico vermelho amarelo equivalente, solos litólicos eutróficos e planosol.

De um modo geral a vegetação do município é do tipo capoeira, caatinga, campos limpos e sujos. Os aspectos da geomorfologia possuem superfícies pediplanadas, relevo dessicado do tipo colina, apresentando algumas pequenas elevações de terra, que denomina-se de serras, as principais são a do Capunga, Carcará, Serra do Machado, Gonçalves, Serra de Moita etc (SEMPLANTEC, 1997, p. 15).

Os rios que passam pelo município fazem parte da bacia hidrográfica do rio Sergipe. O principal rio é o Jacarecica.

A cidade de Moita Bonita originou-se de uma localidade chamada Alto do Coqueiro. Era uma pequena aglomeração de sítios, onde havia muitos coqueiros. O local era um pouco elevado, daí o nome do Alto do Coqueiro (ANDRADE, 1999, p. 1).

É comum ao homem do campo denominar muitas árvores juntas de moita. Já existia a Moita de Cima, então o local passou a ser denominado Moita Bonita, devido à grande quantidade de árvores belas e frondosas existentes na localidade (ANDRADE, 1999, p. 5).

O local foi se desenvolvendo, porém pertencendo ao município de Itabaiana, que tinha naquela época como chefe político Euclides Paes Mendonça, natural da Serra do Machado (Ribeirópolis), grande rival político e inimigo de seu irmão Pedro Paes Mendonça, então Deputado Estadual, que foi o idealizador da Lei Estadual de nº. 1.165 em 12 de março de 1963, criou o município de Moita Bonita e toda área que hoje corresponde ao município, foi desmembrada do município de Itabaiana (CINFORME, 2002, p. 144).

As principais datas comemorativas são a do dia 12 de março, que é festejado a Emancipação Política e a outra é a festa da Padroeira que se chama Santa Terezinha no dia 1º de outubro (ANDRADE, 1999, p. 31).

A atividade que se destaca é a agricultura. Também pode ser encontradas indústrias de móveis, madeira, cerâmica. Possui um comércio pequeno com algumas lojas.

Cabe destacar, os pontos turísticos freqüentado pela população e turistas que são a Lagoa Seca, utilizada para banho e a Serra do Capunga onde se encontra uma vasta vegetação nativa.

As comidas típicas da região são feitas a base de milho. Sendo que a base alimentar se constitui no feijão, farinha de mandioca, arroz e carne (ANDRADE, 1999, p. 33).

O município é bem assistido de escolas de 1º grau, tendo somente duas de 2º grau.

Hoje, Moita Bonita é uma cidade sossegada, agradável, que conseguiu conciliar o moderno com a vida tranqüila das pequenas cidades do interior, onde as famílias ainda costumam sentar-se em cadeiras nas calçadas ou nos bancos das praças para conversas com os amigos e vizinhos (CINFORME, 2002, p. 145).

4 A SUBORDINAÇÃO CAMPONESA AO INTERMEDIÁRIO

4.1 Produção familiar

A agricultura de Sergipe tem sofrido mudanças nas últimas décadas, contudo a produção familiar vem se mantendo e tendo destaque no município de Moita Bonita, mesmo havendo o processo de desenvolvimento da expansão da comercialização capitalista.

A atividade agrícola do município é influenciada por fatores naturais, pois a área esta situada entre o litoral e o sertão, ocorrendo um baixo índice pluviométrico. Isso significa que o produtor depende do período de chuva para ter sucesso na produção.

O estudo sobre a produção camponesa no município de Moita Bonita, compreendeu os povoados Pedras, Lagoa Seca e Oiteiros que se destacam na produção agrícola, esse produtor foi considerado aqui como aquele que “[...] trabalha o seu lote com ajuda das famílias [...]” (PRADO JUNIOR, 1966, p.152) (Figura 2).

Ao analisar a quantidade de indivíduos que compõem as famílias dos produtores que são residentes na propriedade, percebeu-se que a mesma é composta de poucas pessoas, onde 50% das famílias produtoras possui entre 2 e 3 indivíduos que moram na propriedade (Tabela 1).

Convém destacar que, dos formulários aplicados aos produtores, 16 afirmaram que têm de 1 a 2 membros da família que trabalham na produção agrícola, que corresponde a 54% dos trabalhadores (Gráfico 1).

As áreas pesquisadas são caracterizadas pela agricultura de subsistência, onde 87 % praticam a agricultura (Gráfico 2).

4.2 Organização da terra

O estabelecimento utilizado pelos produtores, segundo a pesquisa de campo, destaca-se aqueles que possuem menos de um hectare que representam 26,5 % e os que têm de quatro e mais hectares, 26,5 %, sendo que os dois juntos representam 53 % (Tabela 2).

Cabe salientar que mesmo existindo diferença no tamanho da propriedade, ambos produzem uma agricultura diversificada.

No que se refere a condição legal da terra, que é de fundamental importância para que o agricultor tenha uma autonomia, 80 % disseram que a propriedade é própria (Tabela 3). Ainda existem produtores que se sentem seguros por produzir na propriedade dos pais ou do sogro. E aqueles que conseguiram a terra através de herança. Aos poucos foi comprando as partes dos outros herdeiros. Não foi detectada nesses povoados a existência de invasores ou assentamentos.

Portanto, 63% dos produtores conseguiram a propriedade através da compra (Tabela 4).

É pertinente ressaltar, que nos povoados pesquisados, os produtores não utilizam toda a área da sua propriedade para a agricultura, mas reserva uma parte com pastagem para a criação de algumas cabeças de gado.

Cabe salientar que, com a necessidade de aumentar as áreas produtivas, houve um desmatamento descontrolado das florestas, restando pequenas áreas da mesma.

A partir dos dados coletados, percebeu-se que ao passar do tempo, as propriedades vão sendo parceladas, devido aos processos de herança.

Os produtores afirmaram que são filiados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, para facilitar no processo da aposentadoria, porém, no passado esse órgão desempenhava várias atividades, hoje, apenas exerce a atividade citada acima.

4.3 A produção agrícola

Nos povoados pesquisados, observou-se que planta-se uma variedade de produtos, dentre os mais cultivados estão a batata-doce, a macaxeira, o amendoim, o feijão, o milho, a cebola, a mandioca, a melancia, o inhame etc. Entre os produtos cultivados, alguns são destinados só para consumo próprio e outros para consumo e venda (Fotos 1, 2, 3 e 4).

Conforme estatística econômica do Informe Municipal de Moita Bonita em todo município quem predomina é a mandioca. (SEPLANTEC, 2002) (Tabela 5).

Notou-se que 63% dos produtores, além de produzir na propriedade que mora, cultivam também em outras áreas (Gráfico 3).

O cultivo de batata-doce estende-se dos meses de abril até outubro, aproveitando o período chuvoso. O ciclo da batata é mais ou menos de três meses, isso significa que após a primeira colheita é feito um novo plantio, utilizando a mesma área. Enquanto o ciclo da mandioca varia de doze a dezoito meses. As demais culturas possuem um ciclo de aproximadamente dois meses.

Como as famílias são pequenas, no período da colheita e até mesmo na limpeza, contrata pessoas da vizinhança para ajudar em forma de mutirão.

A pesquisa constatou que as técnicas de produção são rudimentares, com utilização de enxada, arado, foice, rastelo e outros (Fotos 5 e 6). Nenhum produtor possui trator, mais é utilizado quando é cedido pela prefeitura municipal.

Conforme as informações de campo, percebeu-se que os produtores, além de utilizar os adubos químicos e orgânicos, ainda usam o inseticida químico para eliminar os insetos que atacam as lavouras.

Os camponeses não recebem orientações de assistência técnica para os cultivos da plantação, o processo de aprendizagem do plantio, ocorre de pai para filho. Eles alegam que se tivessem um orientador para orientá-los, teriam uma melhor produtividade. Dois produtores disseram que ao comprar o fertilizante já receberam informação de qual tipo utilizar na lavoura.

Entre os produtores familiares pesquisados, 60 % vivem diretamente da agricultura, já 33%, além da agricultura, complementa sua renda com a aposentadoria, pois mesmo sendo aposentado não deixa de trabalhar na lavoura (Tabela 6).

Convém destacar que, os camponeses preferem vender batata-doce à farinha de mandioca, pois os processos de cultivo da batata requer menos tempo de trabalho (Fotos 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13). Contudo, mesmo com esse trabalho, quem sai com o maior lucro é o comerciante intermediário.

O mercado interno do município de Moita Bonita, não absorve toda a produção dos produtores, pois eles vendem para os comerciantes intermediários, que por sua vez revendem nas feiras da região e para outros Estados. Esse motivo obriga o camponês a vender sua produção aos comerciantes intermediários.

4.4 Comercialização da produção

O pequeno produtor sempre esteve em desvantagem quando tenta vender seu excedente agrícola para o comerciante intermediário.

Desse modo, é “através dos preços depreciados que o comerciante comprador de sua colheita impõe” (MOURA, 1988, p. 14). Isso acontece porque o comerciante intermediário procura informações dos preços dos produtos aonde ele vai vender e depois sabendo os valores, dita o preço ao produtor que não consegue obter os mesmos esclarecimentos.

O atravessador consegue vender a produção através de viagens que faz para conhecer o mercado, quando conhecido resolve algumas negociações por telefone e para isso precisa de tempo, coisa que o pequeno produtor não tem.

No período de colheita, devido a grande produção os preços cai diminuindo os lucros dos produtores, que as vezes não cobre os custos da produção.

Cabe salientar, que em alguns momentos 77 % dos produtores já foram vender sua produção diretamente ao consumidor (Gráfico 4).

A produção vendida ao comerciante intermediário passa por um longo caminho até chegar ao consumidor final, o que causa um baixo preço para o produtor e uma elevação dos custos para o consumidor.

Como a produção dos povoados pesquisados são caracterizados por uma policultura diversificada, acaba seduzindo os comerciantes intermediários. E o mesmo possui uma atração pela batata-doce, macaxeira, farinha de mandioca, amendoim, melancia, feijão e inhame, dependendo do período da safra.

Observou-se que, 83 % dos produtores agrícolas vendem suas produções aos comerciantes intermediários, alegando que é mais fácil a negociação, além do que toda produção é vendida de uma vez só, pois se fossem vender nas feiras, venderiam em pequena quantidade, tendo pouco lucro, ainda dentro do mesmo tem que tirar as despesas com embalagens, transporte e alimentação (Tabela 7).

Os comerciantes intermediários disseram que esse tipo de negócio é uma fonte de renda. E o motivo que leva os mesmos a venderem a produção dos camponeses é que o local de destino não tem o suficiente para atender o mercado consumidor.

Conversando com os comerciantes, notou-se que existem dois tipos do mesmo, o que compra em pequena quantidade para vender nas feiras das regiões. Esse além de ser comerciante também trabalha diretamente na produção agrícola. E o que compra em grande número para ser comercializado fora do estado.

Cabe salientar que a batata-doce, um dos produtos comercializados pelo comerciante intermediário, é isenta de imposto, mas é preciso pagar pela circulação sobre o frete.

Convém destacar que, os atravessadores podem ter prejuízos, não igual ao produtor, o que pode acontecer é não haver pagamento do produto já entregue no seu destino. Mas os lucros obtidos nas outras comercializações cobrem os custos.

A produção é comercializada em feiras das regiões do Estado de Sergipe, para supermercados e centrais de abastecimentos da Bahia, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

Cabe ressaltar que uma determinada rede de supermercado exige que o comerciante intermediário entregue a batata-doce selecionada em caixas e transportadas em carro baú (Foto 14).

4.4 Crédito rural

A falta de incentivo por parte dos órgãos públicos, faz com que os camponeses dos povoados estudados continuem na precariedade.

Analisando-se os dados coletados, 83 % dos produtores entrevistados, informaram que não usam financiamento bancário, porque dizem que o crédito “para quem é pequeno produtor, não pode pegar empréstimo, se a colheita der prejuízo, assim não tendo dinheiro para pagar o banco, e ele tomará tudo que tenho, prefiro trabalhar com o que posso” (Gráfico 5).

Os que afirmaram que pegaram crédito, ou ainda pegam, usam os bancos do Nordeste e do Brasil. Sendo mais fácil, sem muita burocracia o banco do Nordeste.

Aqueles produtores que não possuem a escritura da terra, encontram dificuldades para obter o crédito rural, pois é de fundamental importância, para servir de garantia no pagamento.

A partir deste contexto, observou-se a necessidade de investimentos públicos para colaborar com o desenvolvimento dos pequenos agricultores deste município, que por falta de subsídios agrícolas podem separar-se dos meios de produção.

5 CONSIDERAÇÕES

O presente estudo procurou dar uma visão geral da produção camponesa dos povoados Pedras, Lagoa Seca e Oiteiros do município de Moita Bonita, demonstrando a comercialização da produção, os elementos necessários para sua sobrevivência, as técnicas agrícolas e incentivos.

Ao observar os segmentos da produção camponesa percebeu-se que os produtos vivem em condições precárias de vida.

Desse modo, nota-se que mesmo assim, lutam para sobreviverem em meio a dependência da produção pelos comerciantes intermediários.

Como alternativa que pode ajudar os produtores a ter autonomia na comercialização é a criação de cooperativa de produtores, pois com dedicação, organização, seriedade em conjunto os mesmos teriam, melhores oportunidades de desenvolvimento.

Detectou-se que um problema enfrentado pelo camponês é a falta de políticas públicas direcionadas para eles, mesmo com o surgimento de linhas de créditos colocados à disposição pelos bancos, os produtores ainda sentem-se receosos, com a possibilidade de não conseguirem pagar suas dívidas bancárias e perderem suas propriedades. Pois ao adquirir o empréstimo bancário tem que deixar a propriedade como garantia de pagamento.

Os atravessadores desempenham um papel importante na sobrevivência dos pequenos produtores, apesar de ficar com a maior parte do lucro. Dessa maneira se não existisse o mesmo os produtores teriam que produzir somente para o consumo.

A necessidade de comercializar com os comerciantes intermediário é por causa do mercado interno, que não absorvem toda a produção e também devido as dificuldades de negociações no mercado externo.

Contudo, mesmo havendo a subordinação da produção camponesa via comerciante intermediário, os produtores se sentem satisfeitos por conseguirem o básico para sua sobrevivência.

Em fim, é preciso que os camponeses se organizem e lutem juntos para que concretamente possam usufruir das condições favoráveis para sua reprodução.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ANDRADE, Manuel C. de. **Nordeste: alternativas da agricultura**. São Paulo: Papirus, 1988.

BANCO DO BRASIL. O atendimento à agricultura familiar. **Revista de política agrícola**. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Políticas Agrícola, Companhia Nacional de Abastecimento, ano XIII, n. 4, 2004.

BUENO, Francisco da Silveira. **Minidicionário da língua portuguesa**. 6. ed. São Paulo: Lisa S/A, 1992.

CINFORM. **História dos municípios**. Aracaju: Globo Cochrane, 2002.

DINIZ, José Alexandre Felizola. **Geografia da agricultura**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1986.

IBGE, Resultados da amostra do censo demográfico 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>> Acesso em: 08 maio 2006.

MÉDICE, Miriam de Cássia; ALMEIDA, Miriam Lino de. **Geografia economia agrária**. São Paulo: Nova Geração, 2002.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo Capitalista de produção e agricultura**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.

_____. **A geografia das lutas no campo**. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

PRADO JUNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SEPLANTEC. **Perfis municipais**. Aracaju, 1997.

SILVA, José Graziano da. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 1999.

SORJ, Bernardo. **Estado e classe sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

STÉDILE, João Pedro.(Org.). **A questão agrária hoje**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

SZMRECSÁNYI, Tomas. **Pequena história da agricultura no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

TOPALOV, Christian. **Estrutura agrária brasileira**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

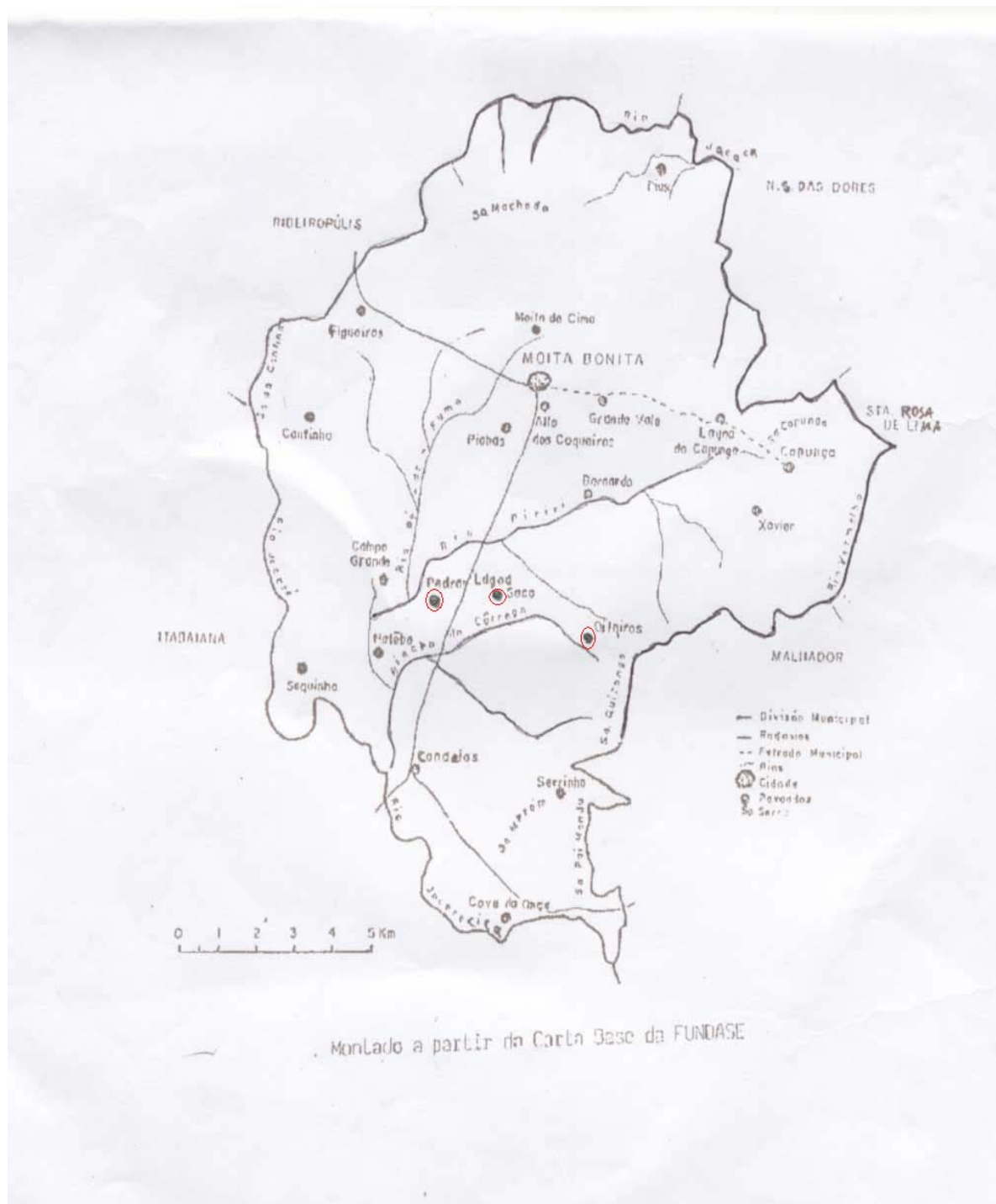
APÊNDICE

Figura 1 - Localização do município de Moita Bonita - SE



Fonte: IBGE, 2004.

Figura 2 – Localização dos povoados pesquisados



Fonte: Prefeitura Municipal de Moita Bonita, 1995.

Tabela 1 - Indivíduos residentes na propriedade

Classe de pessoas	Nº de famílias	%
2 a 3	15	53,0
4 a 5	11	37,0
6 e mais	4	10,0
Total	30	100,0

Fonte: pesquisa de campo, 2006.

Tabela 2 – Tamanho da propriedade em Hectares

Tamanho (Ha)	Nº de propriedades	%
Menos de 1	8	26,5
De 1 a menos de 2	7	23,0
De 2 a menos de 3	5	17,0
De 3 a menos de 4	2	7,0
4 e mais	8	26,5
Total	30	100,0

Fonte: pesquisa de campo, 2006.

Tabela 3 - Condição legal da terra

Terras	Nº de estabelecimentos	%
Própria	24	80,0
Parceria	-	-
Arrendada	2	7,0
Outras	4	13,0
Total	30	100,0

Fonte: pesquisa de campo, 2006.

Tabela 4 - Como adquiriu a propriedade

Forma adquirida	Nº. de propriedades	%
Compra	19	63,0
Herança	5	17,0
Outras	6	20,0
Total	30	100,0

Fonte: pesquisa de campo, 2006.

Tabela 5 – Principais produtos agrícolas do município de Moita Bonita

Discriminação	1990	2002	Var.%
Batata-doce (t)	4.730	7.590	60,46
Feijão em grão (t)	510	141	- 72,36
Mandioca (t)	13.300	9.110	- 31,51
Manga (mil frutos)	483	580	20,08
Milho em grãos (t)	198	139	29,80

Fonte: SEPLANTEC, 2002.

Tabela 6 – Do que depende a sobrevivência da família

Tipo	Nº propriedades	%
Agricultura	18	60,0
Agricultura e aposentadoria	10	33,0
Agricultura, aposentadoria e pecuária	2	7,0
Total	30	100,0

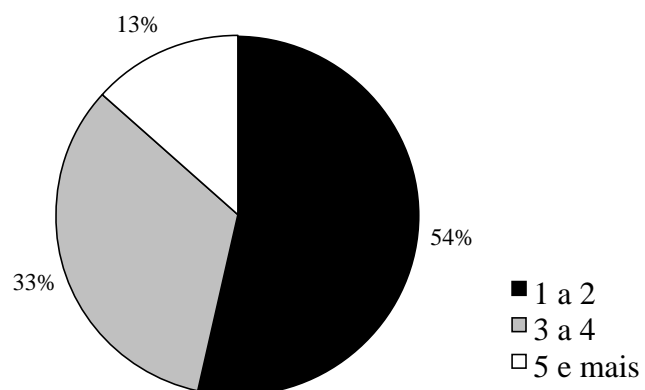
Fonte: pesquisa de campo, 2006.

Tabela 7 - Para quem é vendida a produção

Para	Quantidade	%
Comerciante intermediário	25	83,0
Diretamente ao consumidor	3	10,0
Consumidor e comerciante intermediário	2	7,0
Total	30	100,0

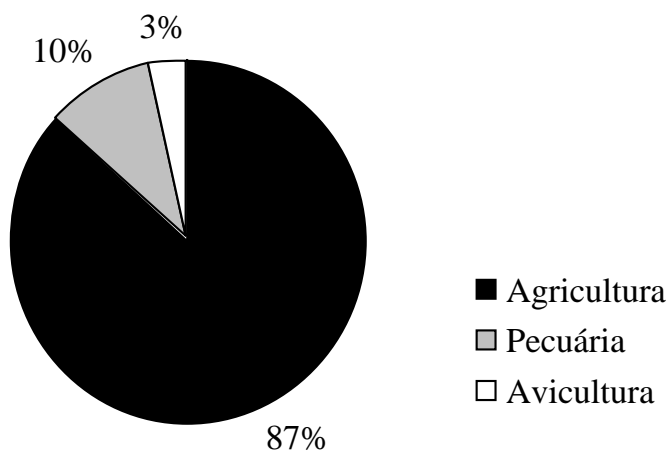
Fonte: pesquisa de campo, 2006.

Gráfico 1 – Indivíduos que trabalham na produção agrícola



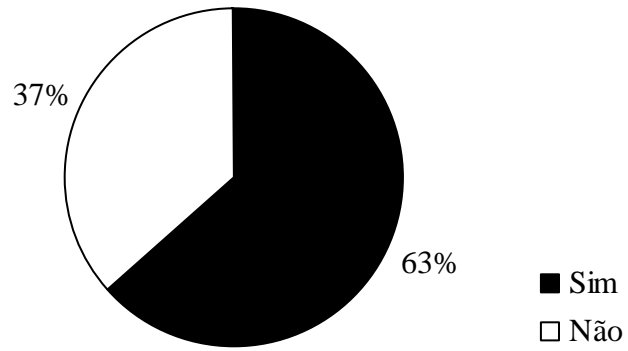
Fonte: pesquisa de campo, 2006.

Gráfico 2 - Principal atividade econômica



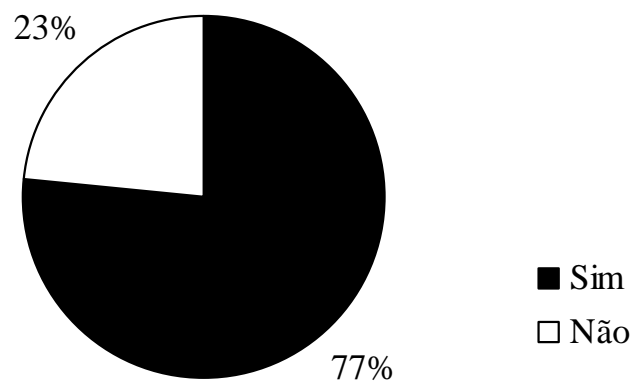
Fonte: pesquisa de campo, 2006.

Gráfico 3 – Agricultores que produzem em outras áreas



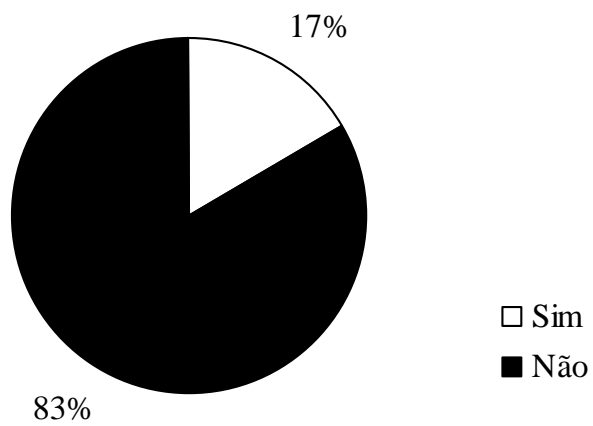
Fonte: pesquisa de campo, 2006.

Gráfico 4 – Produção vendida diretamente ao consumidor



Fonte: pesquisa de campo, 2006.

Gráfico 5 – Usuário de financiamento bancário



Fonte: pesquisa de campo, 2006.

Foto 1: Batata-doce



Foto: Valcir Andrade

Foto 2: Macaxeira



Foto: Marisa Pinto

Foto 3: Inhame



Foto: Marisa Pinto

Foto 4: Milho



Foto: Valcir Andrade

Foto 5: Enxada



Foto: Valcir Andrade

Foto 6: Arado



Foto: Valcir Andrade

Foto 7: Colheita



Foto: Valcir Andrade

Foto 8: Transporte para a lavagem



Foto: Valcir Andrade

Foto 9: Lavagem



Foto: Valcir Andrade

Foto 10: Ensacamento



Foto: Valcir Andrade

Foto 11: Pesando



Foto: Valcir Andrade

Foto 12 Carregando o caminhão



Foto: Valcir Andrade

Foto 13: Batata vendida em caixa



Foto: Valcir Andrade

UNIVERSIDADE TIRADENTES

Entrevista ao comerciante intermediário do município de Moita Bonita

Nº. _____

Data: _____

Localização: _____

1- O que leva o senhor a comprar a produção dos produtores?

2- O senhor acha que tem uma maior lucratividade?

3- Que tipo de produto o senhor comercializa?

4- Onde são vendidos esses produtos?

5- O senhor trabalha só com esse tipo de negócio?

UNIVERSIDADE TIRADENTES

Pesquisa sobre a produção agrícola e a subordinação da produção através do comerciante intermediário no município de Moita Bonita-SE

Nº: _____

Data: _____

1-Localização da propriedade:

2- Quantos indivíduos moram na propriedade?

3- Quantos deles trabalham na produção agrícola?

4- A propriedade é:

- () própria;
- () arrendada;
- () parceria;
- () outras.

5- Qual o tamanho da propriedade do senhor?

6- Onde o senhor mora?

7- Como o senhor adquiriu a propriedade?

- () compra;
- () herança;
- () doação;
- () invasão;
- () outras.

8-O senhor produz em outras áreas?

- () sim;
- () não.

9- O senhor nasceu neste município?

- () sim;
- () não.

Onde?_____ Quando veio?_____

10- Qual a principal atividade econômica do senhor?

- () agricultura;
- () pecuária;
- () avicultura;
- () outra

Qual?_____

11- Quais os locais de destino da produção do senhor?

12- Quais são os produtos que o senhor produz?

13- Para quem é vendido o excedente agrícola?

- () comerciante intermediário;
- () feirante;
- () diretamente ao consumidor;
- () outros

Qual?_____

14- Quais são os produtos que o senhor vende ao comerciante intermediário?

15- A sobrevivência das pessoas que moram na propriedade depende da produção agrária?

- () sim;
- () não.

Qual? _____

16- Se não existisse o comerciante intermediário, a quem o senhor gostaria de vender a produção?

17- O senhor já tentou vender a produção diretamente ao consumidor?

- sim;
 não.

18- O que leva o senhor a vender a produção ao comerciante intermediário?

19- Qual o destino da produção do senhor?

- somente consumo;
 somente venda;
 consumo e venda.

20- Que tipos de instrumentos de trabalho o senhor utiliza na lavoura?

21- O senhor possui assistência técnica?

- sim;
 não.

Qual o órgão? _____

22- Que tipo de adubação o senhor utiliza na lavoura?

23- Que tipo de agrotóxico o senhor usa na lavoura?

24- O senhor usa financiamento bancário?

- sim;
 não.

Qual bnco? _____

25- O financiamento cobre todos os custos da produção?

sim;

não.

26- O senhor encontra dificuldade para a obtenção do crédito bancário?

sim;

não.

Porque?_____